

Relações entre o público e o privado no processo de construção e implementação do Documento Curricular Para Goiás - etapa ensino médio

Relations between the public and private sectors in the process of constructing and implementing the Curricular Document for Goiás - high school stage

Marcos Vinicius Francisco¹

Gabriela Viana Zucco²

Ester Aparecida Pereira Fuzari³

Resumo:

O presente artigo versa sobre as relações entre o público e o privado no processo de construção e implementação do Documento Curricular Para Goiás – Etapa Ensino Médio (DC-GOEM), elaborado em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as diretrizes nacionais para essa etapa formativa. Tem como objetivo central analisar como a atuação de instituições e fundações privadas incidiram no processo de elaboração e difusão do DC-GOEM. Na perspectiva do método do materialismo histórico-dialético, recorreu-se à revisão de literatura, por meio das bases *SciELO* e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e à análise de documentos, como o próprio DG-GOEM, os extratos de contratos divulgados no Diário Oficial do estado de Goiás e os termos de colaboração e acordos de cooperação firmados entre Seduc-GO e instituições privadas. Os resultados revelaram que o currículo goiano promoveu o esvaziamento da formação dos(as) estudantes do Ensino Médio, ao adotar a lógica das competências e dos itinerários formativos, expressa na intensificação das relações público-privado e na influência de fundações e institutos empresariais na implementação curricular e na formação continuada docente.

Palavras-chave: Goiás; Currículo; Ensino Médio; Relações Público-Privado.

Abstract:

This paper discusses the relationship between the public and private sectors in the process of developing and implementing the Curriculum Document for Goiás – Secondary Education Stage (DC-GOEM), prepared in accordance with the National Common Core Curriculum (BNCC) and national guidelines for this stage of education. Its main objective is to analyse how the actions of private institutions and foundations influenced the process of drafting and disseminating the DC-GOEM. From the perspective of the historical-dialectical materialism method, we reviewed the literature through the *SciELO* and Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) databases and analysed documents such

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Educacionais e Formação de Professores(as). Bolsista de Produtividade pela Fundação Araucária. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5410-2374>. E-mail: mvfrancisco@uem.br

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Educacionais e Formação de Professores(as) Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0009-7975-7340>. E-mail: gabiyviana@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia e mestrandona em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Educacionais e Formação de Professores(as) Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0000-5863-4282>. E-mail: pg406673@uem.br.

as the DG-GOEM itself, contract extracts published in the Official Gazette of the state of Goiás, and the terms of collaboration and cooperation agreements signed between Seduc-GO and private institutions. The results revealed that the Goiás curriculum promoted the depletion of high school students' education by adopting the logic of competencies and educational pathways, expressed in the intensification of public-private relations and the influence of foundations and business institutes on curriculum implementation and in the continuing teacher training.

Keywords: Goiás; Curriculum; Secondary Education; Public-Private Relations.

Introdução

O presente artigo é um recorte da macropesquisa intitulada ‘A BNCC e as políticas educacionais em diferentes estados brasileiros: materialização nos currículos e intervenção formativa de gestores/as escolares’, financiada pelo Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Grupos Consolidados. Parte-se da premissa de compreender como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem se materializado nos currículos de dez estados brasileiros, sendo que, nesta investigação, o recorte se volta para o estado de Goiás e para as relações entre o público e o privado no processo de construção e implementação do Documento Curricular Para Goiás - etapa ensino médio (DC-GOEM).

A crise de 2008 corroborou à chamada Grande Recessão, caracterizada pela falência da dinâmica de acumulação do capital internacional e que sustentou, por quase três décadas, o modelo econômico e político neoliberal. Essa crise revelou os limites estruturais do capitalismo financeirizado, o qual possui como nuances a desregulamentação dos mercados, a expansão do crédito e a centralidade do capital fictício (Tonelo, 2021).

Tonelo (2021) complementa que, um dos marcos simbólicos desse colapso refere-se à falência do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers, evento que desencadeou uma série de rupturas nos sistemas financeiros globais e expôs a fragilidade de um modelo que se legitimou como solução para o crescimento econômico. Nesse contexto, de acordo com Puello-Socarrás (2021), o neoliberalismo passou por um processo de reconfiguração, ao preservar alguns de seus princípios centrais, a exemplo da supremacia do mercado, a austeridade fiscal e a responsabilização individual. Porém, ao incorporar novas estratégias políticas e discursivas, os seguintes elementos analíticos estruturais passam a ser considerados: “i) o tipo de Estado: *Punitivo, Empreendedor e de Trabalho*, EPT; ii) os modos de Governo e Organizacional (governança e pós-nova gestão público-privada); e, iii) a modalidade de ação institucional (regulatória)” (Tonelo, 2021, p. 40).

Entre essas estratégias, as articulações com o neoconservadorismo assumiram papel relevante, materializadas na síntese entre a racionalidade econômica neoliberal e valores morais conservadores. Essa convergência redefiniu as relações entre o público e o privado, tanto na esfera econômica quanto nas políticas sociais, além de expressar processos societários em disputa, nos quais se evidenciam tensões entre o interesse coletivo e as lógicas de privatização e mercantilização da vida social (Adrião, 2018; Caetano; Peroni, 2022; Peroni, 2020).

Ao analisar o contexto brasileiro e as dimensões recentes de privatização da educação básica, Adrião (2018) destaca a oferta, a gestão e o currículo como expressões desse movimento. “O privado não é uma abstração, mas é formado por sujeitos individuais e coletivos que disputam e direcionam seu conteúdo para o interior da escola, via gestão, formação de professores, materiais didáticos, entre outros” (Caetano; Peroni, 2022, p. 2).

No que tange às peculiaridades dessas formas de privatização, Caetano e Peroni (2022) enfatizam que, grupos ligados ao capital, tais como o Movimento Todos Pela Educação, têm influenciado, inclusive, o governo federal na agenda educacional. O movimento, fundado em 2006 e reformulado em 2014, se autodeclara como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e tem como premissa “[...] incidir em políticas públicas para a Educação Básica brasileira” (Caetano; Peroni, 2022, p. 8). Contudo, de acordo com as autoras, ao averiguar as relações entre os sujeitos individuais e coletivos que atuam no movimento, ficam explícitas as relações com o empresariado nacional e internacional.

Nesse cenário de novo neoliberalismo (Puello-Socarrás, 2021) merecem destaque algumas reformas educacionais que sintetizam os posicionamentos do movimento supracitado e expressam o alinhamento à agenda empresarial. Entre elas, sobressai a Reforma do Ensino Médio⁴, promulgada por meio da Lei n.º 13.415/2017 (Brasil, 2017), a qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e redefiniu a organização dessa etapa de ensino (Barbosa; Francisco, 2025). No mesmo contexto, ocorreu a aprovação da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio.

⁴ “Em março de 2023, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria n.º 399, que abriu consulta pública para avaliar e reestruturar o Novo Ensino Médio (NEM). Em abril do mesmo ano, a Portaria n.º 627/2023 suspendeu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Após o período da Consulta Pública, o Poder Executivo elaborou um Projeto de Lei (PL) que revisava a Lei n.º 13.415/2017. Após tramitação e disputas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, um substitutivo do PL foi aprovado e convertido na Lei n.º 14.945, de 31 de julho de 2024 (Brasil, 2024)” (Barbosa; Francisco, 2025, p. 2-3).

É oportuno resgatar que a versão final da BNCC, de acordo com Aguiar (2018), Ananias (2024), Francisco e Volsi (2025) e Girotto (2019), foi aprovada após o golpe parlamentar, jurídico e midiático que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), por meio de um processo de impeachment que escancarou as possibilidades para que a versão fosse substancialmente modificada e estivesse alinhada aos conlagramos empresariais, na gestão de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro - MDB). A BNCC está pautada em competências e habilidades, em consonância com as demandas do mercado de trabalho e com a lógica da empregabilidade superveniente.

Por conseguinte, os currículos estaduais e municipais do Ensino Médio, etapa que é foco desta investigação, ao adotarem os posicionamentos normativos da BNCC e das Reformas do Ensino Médio, além dos aspectos anteriormente mencionados, por meio de uma lógica de padronização, via itinerários formativos e da pedagogia das competências, têm promovido o esvaziamento da formação dos(as) estudantes.

As mudanças introduzidas pela lei estão camufladas no âmbito da aparência sob o discurso da flexibilização e da ampliação das possibilidades de escolha para a juventude brasileira. Elas têm conferido ênfase ao ideário neoliberal da responsabilização individual, ao deslocar para os(as) estudantes a tarefa de definir percursos formativos via itinerários, porém, não se pode esquecer que “[...] a definição dos arranjos curriculares a serem definidos por um dado ente federativo é prerrogativa desse, não do aluno como apregoado na propaganda oficial” (Ferretti, 2018, p. 29).

De acordo com Ferretti (2018) e Fornari e Deitos (2021), essa estrutura curricular promove a fragmentação e superficialização do conhecimento escolar, a dualidade educacional e a subordinação da educação escolar às exigências do capital.

No estado de Goiás, tais orientações se concretizaram no processo de elaboração do currículo estadual para o Ensino Médio (DC-GOEM), formulado em alinhamento às diretrizes da BNCC. A construção do documento está assentada na lógica da reestruturação produtiva de acumulação flexível, por meio da redução da carga horária de alguns componentes curriculares, a exemplo de Filosofia, História, Geografia e Sociologia, e a sua diluição em áreas do conhecimento, face à emergência dos itinerários formativos (Ananias, 2024; Castro, 2024; Marinho, 2023; Silva, 2022). O processo de implementação do currículo tem abarcado parcerias entre o poder público e instituições privadas, como fundações e institutos empresariais, o que explicita a crescente presença do setor privado nos processos de definição das políticas curriculares (Castro, 2024).

Essa atuação reforça o movimento de hibridização entre o público e o privado, em que a definição dos conteúdos e finalidades da educação passa a ser orientada por rationalidades da gestão gerencial, do desempenho e dos resultados, em detrimento de uma perspectiva crítica e socialmente referenciada de formação omnilateral (Castro, 2024; Marinho, 2023).

Face aos aspectos anteriormente destacados, assume-se como problemática desta investigação o seguinte questionamento: Em que medida a atuação de instituições e fundações privadas incidiram no processo de elaboração e difusão do Documento Curricular para Goiás – Etapa Ensino Médio (DC-GOEM)?

1. Metodologia

Esta investigação⁵ está ancorada nos pressupostos epistemológicos e ontológicos do método do materialismo histórico-dialético (Paulo Netto, 2011). Para tanto, recorreu-se à revisão de literatura e à análise de documentos.

Com relação ao método, Assis (2017) e Paulo Netto (2011) apontam que as abstrações efetuadas em uma investigação visam revelar a essência além da aparência fenomênica, a fim de apreender algumas de suas múltiplas determinações. Destarte, para a análise do objeto, e com base nas contribuições desses(as) autores(as), considerou-se o desenvolvimento real da produção, tomando como ponto de partida a produção da vida imediata. Nessa perspectiva, “além da mercadoria, o homem produz e determina também as relações sociais, intimamente ligadas às forças produtivas” (Assis, 2017, p. 136).

Quanto à revisão de literatura, Sgorlon *et al.* (2022) reiteram que essa modalidade de pesquisa visa mapear a produção do conhecimento em determinada área. As bases de dados consultadas foram a *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Como critérios de inclusão e exclusão, selecionaram-se obras em língua portuguesa, publicadas entre 2017 e 2025 (período correspondente à promulgação da Lei n.º 13.415/2017 e seus desdobramentos).

Nas buscas avançadas, foram utilizados os descritores “Ensino Médio”, “Novo Ensino Médio”, “Goiás” e “Currículo”, combinados por meio dos operadores booleanos “AND” e

⁵ Pesquisa aprovada no Comitê de Ética e Pesquisas (CEP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), conforme segue: CAEE 60580922.0.0000.0104.

“OR”: (“Ensino Médio” *OR* “Novo Ensino Médio” *AND* “Goiás”); (“Ensino Médio” *OR* “Novo Ensino Médio” *AND* “Goiás” *AND* “Currículo”).

A partir da leitura flutuante dos resumos, identificaram-se as produções que atendiam aos critérios de inclusão, as quais foram lidas na íntegra, especificamente, aquelas que abordavam o DC-GOEM. As obras selecionadas serviram de base para a fundamentação teórica e a análise dos dados, mediante a construção de unidades analíticas articuladas às categorias do método, tais como contradição, mediação e movimento (Paulo Netto, 2011).

Salienta-se que outras leituras clássicas também foram mobilizadas ao longo da elaboração deste artigo, a fim de conferir maior densidade analítica à discussão. Na sequência, o Quadro 1 compila o levantamento efetuado e o quantitativo de obras identificadas e selecionadas:

QUADRO 1- Levantamento de Artigos no Portal de Periódicos-BDTD

Cruzamentos a partir de descritores e operadores booleanos	Obras identificadas Scielo	Obras identificadas BDTD	Obras selecionadas Scielo	Obras selecionadas BDTD	Total
(“Ensino Médio” <i>OR</i> “Novo Ensino Médio” <i>AND</i> “Goiás”)	10	33	01	04	01 artigo 03 dissertações 01 tese
(“Ensino Médio” <i>OR</i> “Novo Ensino Médio” <i>AND</i> “Goiás” <i>AND</i> “Currículo”)	01	26	01	04	01 artigo 03 dissertações 01 tese
Total sem duplicações					01 artigo 03 dissertações 01 tese

Fonte: Os autores (2025).

As obras selecionadas no primeiro cruzamento coincidem com aquelas identificadas no segundo. Assim, em consonância com os propósitos deste estudo, foram selecionadas apenas cinco produções acadêmicas, sendo um artigo científico, uma tese de doutorado e três

dissertações. Convém destacar que a maioria dos trabalhos localizados, embora provenientes de Programas de Pós-Graduação do estado de Goiás, não teve como objetivo analisar o DC-GOEM. O Quadro 2 sintetiza as obras selecionadas.

QUADRO 2- Artigos, Dissertações e Teses

Identificação da obra selecionada	Tipo de produção/Programa de Pós-graduação	Ano de defesa	Vinculação institucional
CASTRO, Marcio Schiavinato de. Novo Ensino Médio e o Ensino do Componente Curricular de História para o Estado de Goiás (1988-2017)	Dissertação/Educação	2024	Universidade Federal de Goiás (UFG)
MARINHO, Arlean Chaves. O novo ensino médio e as especificidades das disciplinas sociologia e filosofia no documento curricular para Goiás	Dissertação/Educação	2023	Universidade Federal de Goiás (UFG)
ANANIAS, Elivania Cristina de Assis. A implantação dos projetos integradores no Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates - estudo de caso	Dissertação/Educação	2024	Universidade Federal de Goiás (UFG)
SILVA, Alcinéia de Souza. As contribuições de tempos, espaços e práticas para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de Geografia em um CEPI de Formosa-Goiás: diálogos com a reforma do ensino médio	Tese/Geografia	2021	Universidade de Brasília (UnB)
PINHEIRO, Ricardo Silvério Gomes; NASCIMENTO, Marlúcio Tavares do. Análise do currículo referência de Química de uma rede estadual de Educação	Artigo/Revista Ciência & Educação	2018	Instituto Federal Goiano (IFG)

Fonte: Os autores (2025).

No que diz respeito à análise dos documentos, Evangelista e Shiroma (2019) sintetizam que a educação escolar mantém uma relação dialética com a sociedade capitalista, sendo determinada pelas relações sociais de produção. Essa dinâmica também se manifesta nos

documentos de políticas educacionais, uma vez que os delineamentos adjacentes ao campo legal da educação expressam objetivos vinculados aos interesses da classe dominante, dado que não há neutralidade nessas relações.

Dessa forma, analisar o processo de construção das políticas curriculares, como no caso do DC-GOEM, mostra-se imprescindível, tendo em vista que o currículo se configura como um campo de disputas (Evangelista; Shiroma, 2019). Para tanto, foram selecionadas algumas legislações e documentos como ponto de partida para as análises, a saber: a) extrato de contratos divulgados no Diário Oficial do estado de Goiás; b) termos de colaboração e acordos de cooperação firmados entre Seduc-GO e instituições privadas; c) planos de trabalho dos programas desenvolvidos; d) o próprio DC-GOEM; e) materiais disponíveis na página da Seduc-GO, referentes aos programas Revisa Goiás (2024a) e Goiás Tec. Além desses, foi necessário recorrer a reportagens e boletins informativos, com o intuito de identificar elementos que subsidiaram o desenvolvimento do estudo, diante da premissa de que muitas informações não se encontram explicitadas nos documentos oficiais, ou seja, permanecem no âmbito da aparência, conforme destacado anteriormente.

2. Análise do DC-GOEM e das relações entre o público e o privado

Antes de adentrar especificamente na análise do DC-GOEM, vinculado com a BNCC-Ensino Médio, cabe apresentar algumas informações sobre o estado de Goiás, localizado na região Centro-Oeste do Brasil. Sua população está estimada em sete milhões, quatrocentas e vinte e três mil, seiscentas e vinte e nove pessoas (7.423.629). A renda domiciliar mensal per capita é de dois mil e novecentos e oito reais (R\$ 2.098,00), o Índice de Desenvolvimento Humano, conforme dados de 2021, é de 0.737; e sua principal atividade econômica está relacionado ao agronegócio, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2025). Atualmente, o estado está sob a gestão do governador Ronaldo Caiado, filiado ao partido União Brasil, legenda de orientação política de centro-direita resultante da fusão entre os Democratas (DEM) e o Partido Social Liberal (PSL).

No que tange à Rede Estadual de Ensino, de acordo com os dados apresentados pela Secretaria de Estado da Educação, o Ensino Médio totalizou duzentas e quarenta mil, oitocentas e quarenta e cinco (240.845) matrículas no ano de 2024. Entre os anos de 2019-2024, foram atendidos um milhão, duzentos e quarenta mil e quarenta e quatro (1.240.044) jovens, de acordo

com a perspectiva curricular da BNCC-EM (2019-2021) (Goiás, 2024c). O DC-GOEM foi implantado a partir de 2021, ano de sua publicação (Goiás, 2021).

Na sequência, são apresentadas as unidades de análise (O Currículo do Ensino Médio em Goiás após a BNCC; Relações Público-Privado e Presença de Agentes Privados no DC-GOEM) que captaram algumas das múltiplas determinações que perpassam o objeto investigado.

2.1- O Currículo do Ensino Médio em Goiás após a BNCC

O DC-GOEM, de acordo com o discurso governamental, configura-se como o terceiro volume da Rede Estadual de Ensino, sendo o primeiro o Documento Curricular para Goiás - Etapa Educação Infantil e o segundo o Documento Curricular para Goiás - Etapa Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais, ambos sistematizados por profissionais da educação pública e privada do referido estado (Goiás, 2021).

O documento possui mil trezentas e noventa e sete (1397) páginas, organizadas e distribuídas conforme apresentado no Quadro 3. A Seduc-GO não envidou esforços para articular o que o DC-GOEM estabelece quanto ao formato do trabalho educativo, aos conteúdos, aos objetivos de aprendizagem e à metodologia. No site oficial, há documentos intitulados como Matrizes Essenciais de Aprendizagem os quais dispõem sobre os conteúdos, os objetivos e os programas aos quais cada componente curricular está vinculado.

QUADRO 3 - Estrutura do DC-GOEM

Capítulo I Texto Introdutório	Capítulo II Formação Geral e Básica	Capítulo III Itinerários Formativos
1. O Ensino Médio 1.2. Concepção de Escola e do Currículo de Goiás para o Ensino Médio 1.3. Educação Integral 1.4. Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida	Introdução 1. Área de Linguagens e Suas Tecnologias 1.1-A Área de Linguagens e Suas Tecnologias a partir da BNCC 1.1.1. Eixos Organizadores: Campos de Atuação 1.1.2. Eixos Organizadores: Práticas de Linguagem 1.1.3. Tecnologia Digital da Informação Comunicação (TDCIs) 1.2. Componentes Curriculares	Introdução aos Itinerários Formativos 1- A Estrutura dos Itinerários e o Quadro de Habilidades 1.1- Projeto de Vida 1.2- Eletivas 1.3- Trilhas de Aprofundamento

INTERFACES DA EDUCAÇÃO

	<p>da Área de Linguagens e Suas Tecnologias</p> <p>1.2-1. Arte</p> <p>1.2-2. Educação Física</p> <p>1.2-3. Língua Estrangeira Adicionais (Espanhol e Inglês)</p> <p>1.2-4. Língua Portuguesa</p> <p>1.3. Estrutura do Quadro de Competências e Habilidades</p> <p>1.4. Glossário (TDIC's)</p>	
2. Sujeitos do Ensino Médio	2. Área de Matemática e Suas Tecnologias	2- Componente Curricular Projeto de Vida
2.1. Juventudes	2.1-A Área de Matemática e Suas Tecnologias na Etapa de Ensino Médio em Goiás	2.1- O Projeto de Vida e o DC-GOEM
2.2. O Ensino Médio na Perspectiva da Educação de Jovens e Adultos	2.2-A Base Nacional Comum Curricular	2.2- Os Caminhos do Aprender e as Competências Socioemocionais
2.3. O Ensino Médio na Perspectiva da Educação Inclusiva	2.3- ODC-GOEM Referente à Área de Matemática e Suas Tecnologias	2.3- Avaliação
	2.4- Conversa Como/a Professor/a	2.4- Quadro de Habilidade
	2.5- Competências Específicas de Matemática	
3. Educação Profissional e Tecnologia (EPT)	3- Área de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias	3. Itinerários Formativos Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
3.1. Fundamentos e Conceitos Básicos da EPT	3.1- Ciências da Natureza e Suas Tecnologias e o DC-GOEM	3.1 Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
3.2. Formação Técnica e Profissional ao Contextos dos Itinerários Formativos do Ensino Médio	3.2- A Área de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias no DC-GOEM	3.1-1 Informática
3.3. Considerações Acerca dos Aspectos das Condições Necessárias e Implementação dos Itinerários de Formação Técnica Profissional		3.1-2 Química
		3.1-3 Administração
4. Território e Dimensão Simbólica	4- Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	4- Itinerários de Linguagens e suas Tecnologias
	4.1- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o DC-GOEM	4.1- Comunicação: Movimentos, Práticas e Sentidos do Existir
	4.2- Estrutura da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no DC-GOEM.	4.2- Identid@des.com
5. Integração Curricular		5. Itinerários Formativos de Matemática e suas Tecnologias
		5.1- Imersão na Matemática

		<p>Escolar: Conhecimentos Essenciais para o Desenvolvimento da Sociedade</p> <p>5.2- A Matemática Escolar Aplicada ao Mercado de Trabalho</p>
6. O DC-GOEM e a Avaliação da Aprendizagem Escolar		<p>6- Itinerários Formativos Ciências da Natureza e suas Tecnologias</p> <p>6.1- Energia que nos Move</p> <p>6.2- Além da Visão: Conhecendo o Micromundo</p>
7. O DC-GOEM e a Formação Docente		<p>7- Itinerários Formativos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas</p> <p>7.1- Ser Jovem</p> <p>7.2 - Toda Forma de Poder</p>
8. Arquitetura Escolar 8.1. A implementação do Novo Ensino Médio 8.2. Flexibilização Curricular Itinerários Formativos		<p>8- Itinerários Integrados</p> <p>8.1- Itinerário Integrado de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza: Agropecuária: História, Processos Econômicos e Tecnológicos em Goiás</p> <p>8.2- Itinerário Integrado de Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias: Cinesfera</p> <p>8.3- Itinerário Integrado de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias: Comer Bem e se Exercitar é só Começar!</p> <p>8.4- Itinerário Integrado de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias: Incertezas Naturais</p> <p>8.5- Itinerário Integrado de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática e suas Tecnologias: Matematicidades</p> <p>8.6- Itinerário Integrado Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Viagem ao Redor de Mama Gaia</p>

Fonte: (Goiás, 2021).

Pode-se observar que a organização do DC-GOEM (2021)⁶ está distribuída em três capítulos. O primeiro contempla a concepção de Ensino Médio, a Educação para o DC-GOEM, o Projeto de Vida e o Protagonismo Juvenil, temas que se desdobram em outras seções com o propósito de explicitar a compreensão, o alcance, a avaliação e objetivo central dessa etapa de ensino. O segundo capítulo é voltado para os componentes curriculares de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências Naturais e Ciências Humanas. Por fim, o terceiro capítulo roteiriza os itinerários formativos vinculados aos componentes curriculares, com ênfase nas tecnologias.

Desse modo, para atender ao disposto no DC-GOEM, a Seduc-GO adotou alguns programas e materiais vinculados à plataformação do trabalho educativo, sendo eles:

i) o Revisa Goiás (2024a) é um material produzido pela Seduc-GO em consonância com o DC-GOEM, a BNCC, o SAEGO e o SAEB, destinado às turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (anos finais) e às 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. Seu objetivo é recompor as aprendizagens, sendo elaborado bimestralmente para fins de aumentar a proficiência dos(as) estudantes. A proposta pedagógica baseia-se na ideia de “refletir/analisar/fazer juntos” (Goiás, 2024a), por meio de um material padronizado, que serve de referência para o trabalho docente em sala de aula. Os conteúdos são organizados conforme os cortes temporais bimestrais previstos no Documento Curricular dos componentes de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

ii) o Programa Goiás TEC, instituído por meio da Lei Ordinária n.º 20.802/2020, tem como finalidade tornar o Ensino Médio acessível a todos, mediante a oferta de atividades educativas via videoaulas em distritos, zonas rurais e locais com escassez de professores(as) habilitados(as) em determinadas áreas do conhecimento (Goiás, 2020). Trata-se, portanto, de uma modalidade de educação a distância voltada para as escolas do campo, quilombolas, indígenas e de regiões periféricas. Nessas situações, quando há condições, como acesso à internet, computadores e energia elétrica, os(as) estudantes podem acompanhar as aulas remotamente.

Nessa seara, a plataformação tem se materializado com o avanço das *Big Techs* na educação pública. Trata-se não apenas da substituição das práticas educativas e administrativas por plataformas digitais, mas de um novo ciclo de acumulação capitalista, no qual os dados de

⁶ Essa edição do DC-GOEM não é a primeira, em anos anteriores houveram outras versões até a atual (2021), a qual está alinhada com a BNCC-EM, sendo que se priorizou o esvaziamento de disciplinas essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico, ao abrir espaço para disciplinas eletivas como Projeto de Vida. Tal alteração tem contribuído para a lógica do empreendedorismo, do desenvolvimento e de habilidades socioemocionais que se enquadrem no e com o projeto societário burguês.

estudantes e professores(as) tornam-se a matéria-prima de um mercado lucrativo (Normanha; Aroni, 2025). Assim, tais iniciativas não indicam redução das desigualdades educacionais, uma vez que as condições estruturais não são as mesmas entre as escolas públicas e do exercício da docência (Girotto, 2019).

Além disso, observa-se que esse processo tem servido como meio de destinar recursos públicos à iniciativa privada, por meio das relações público-privadas. Rikowski (2017) distingue dois tipos de privatização: a primeira, clássica ou direta, ocorre quando há a transferência da propriedade do Estado para o setor privado; a segunda refere-se ao controle, em que a propriedade permanece sob domínio do Estado, mas o controle é exercido por agentes privados.

O DC-GOEM, por meio dos programas citados anteriormente, bem como de outras parcerias com o empresariado e a Seduc-GO, materializa a segunda forma de privatização. Trata-se da privatização por meio da relação público-privado, na qual se contratam serviços do setor privado que passam a controlar o conteúdo, as metodologias, o comportamento dos(as) estudantes e dos(as) trabalhadores(as) da educação, a frequência e, em outras palavras, o próprio trabalho educativo.

Não obstante, nota-se pela composição do DC-GOEM e demais elementos que subsidiam o processo de escolarização dos estudantes do Ensino Médio, o esvaziamento de conteúdos básicos para construção do conhecimento sistematizado, ou seja, conteúdos históricos, filosóficos e artísticos. Saviani (2016) aponta que os conteúdos escolares deveriam ser determinados pelas necessidades sociais. Logo, a BNCC, como documento balizador dos currículos estaduais, como é o caso de Goiás, não estabelece uma relação com as necessidades reais da classe trabalhadora para estabelecer seus conteúdos e objetivos de aprendizagem. Ao contrário, dispõe de itinerários formativos e projeto de vida, enquanto componentes curriculares, para promover a adaptabilidade e aceitabilidade nos sujeitos, e, assim, a classe dominante mantém seu processo hegemônico, enquanto detentores dos meios de produção.

2.2 - Relações Público-Privado e Presença de Agentes Privados no DC-GOEM

Pela lógica do *modus operandi* da privatização das políticas públicas, as relações público-privado são expostas como uma solução para alcançar o desenvolvimento e a qualidade que o setor público, por si só, não conseguiria atingir. Assim, estabelece-se a atuação dos agentes privados na formulação, execução e encaminhamento das políticas, de modo a manter

o processo hegemônico de controle e domínio da classe trabalhadora, o que muitas vezes ocorre de forma indireta e pouco transparente.

Durante o estudo, pôde-se perceber que os convênios e parcerias firmados entre a Seduc-GO e agentes privados não constam no DC-GOEM, mas são realizados para atender ao disposto no conteúdo deste documento, conforme o Quadro 4.

No que tange ao acompanhamento do trabalho educativo e à aprendizagem dos(as) estudantes, a gestão tem como meta atingir as métricas das avaliações em larga escala, embora o discurso seja o de aferir a qualidade da educação escolar goiana. Nesse contexto, implantam-se o programa Revisa Goiás (2024a), vinculado à plataformização da educação, ao uso de materiais padronizados de acordo com a proposta curricular e à oferta de formações continuadas para os(as) docentes.

Para que os colégios tivessem condições de desenvolver as atividades atreladas aos programas, considerando que sua execução se dá por meio da internet, foi necessário garantir estruturas adequadas. Nesse sentido, destacam-se os desdobramentos das ações voltadas ao alcance dos objetivos da classe dominante, por meio de relações público-privado:

QUADRO 4 - Programas e parcerias da Seduc-GO para o Ensino Médio

Empresa/Fundação	Atuação no EM	Forma de contrato/convênio	Articulação legal
Instituto Ayrton Senna	1. Desenvolver habilidades socioemocionais nos(as) estudantes da rede estadual; 2. Formação continuada para os(as) docentes.	Parceria	BNCC Meta 17 do PEE-GO DC-GOEM.
Fundação Itaú	1. Ensino técnico profissionalizante.	Parceria com múltiplas Secretarias do estado de Goiás.	Política de mobilidade social goiana (Goiás-Social), para retirar jovens da linha da pobreza.
Junior Achievement Goiás (JA Goiás)	1. Oferta da disciplina eletiva “Jovem empreendedor” em colégios estaduais com foco na educação financeira e no	Termo de colaboração.	DC-GOEM.

	empreendedorismo.		
<i>Zurich Foundation + Instituto Anima Formações</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa “Projeto de Vida e Temática da Saúde Mental nas Juventudes” 2. Formação de docentes e gestores(as) do EM 	Acordo de cooperação.	Projeto de vida - DC-GOEM.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O Instituto Ayrton Senna, em parceria com a Seduc-GO, o eduLab21⁷ e o 3GEN⁸, promoveu o programa Diálogos Socioemocionais em 137 escolas de Goiás, sendo 60 delas de tempo integral e 77 de atendimento regular. Essa parceria escancara a presença de agentes privados na implementação de programas voltados ao desenvolvimento de competências socioemocionais, dimensão que está presente na política curricular estadual e que coaduna à intensificação da presença do setor privado nos processos de definição da formação da juventude goiana (Castro, 2024, Marinho, 2023).

Nessa perspectiva, destaca-se, também, a parceria firmada entre a Seduc-GO e outras secretarias do estado com a Fundação Itaú, por meio do Programa Goiás Social tendo como foco, no campo da educação escolar, a promoção do ensino técnico e profissionalizante (Goiás, 2024b). Conforme afirma a secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli, “Ano que vem vamos colocar 12 mil alunos no sistema S” (Goiás, 2024b), o que demonstra a preocupação do governo em fortalecer o ensino profissionalizante por meio do setor privado.

Esse enfoque na formação profissional está envolto em um discurso da meritocracia e empreendedorismo, apresentado sob a perspectiva do protagonismo juvenil, de modo que os(as) estudantes são levados(as) a construírem uma concepção de mundo baseada na auto responsabilização por seu sucesso ou fracasso (Castro, 2024). As habilidades socioemocionais são, assim, incorporadas a um currículo aligeirado e precarizado, subsidiado por uma falsa ideia de flexibilização do ensino, advinda dos itinerários formativos que reforçam a lógica empresarial (Ananias, 2024; Castro, 2024; Marinho, 2023; Silva, 2022), legitimada pelos próprios documentos curriculares orientadores do estado de Goiás.

⁷ O eduLab21 se configura como laboratório de entretenimento do IAS, o qual tem a função de elaborar conteúdos midiáticos para transmitir questões sociais complexas de modo dinâmico.

⁸ 3Gen é uma empresa que vende formas de gestão estratégicas educacionais. O modo de parceria com o Instituto Ayrton Senna foi estabelecido por meio de termo de cooperação técnica para a transferência da tecnologia.

INTERFACES DA EDUCAÇÃO

A Junior Achievement Goiás (Goiânia, 2023), organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, também atua diretamente nas escolas estaduais, ao ofertar disciplinas eletivas alinhadas a essa perspectiva de formação empreendedora. Houve um aumento significativo no número de unidades escolares que aderiram às propostas da organização, sendo que em um semestre, as adesões passaram de 22 para 47 escolas, o que representa um aumento aproximado de 113% na implementação das disciplinas oferecidas pela Junior Achievement Goiás (Goiânia, 2023), o que explica a ampliação da presença de agentes privados na rede pública de ensino goiana.

FIGURA 1 - Apoiadores Junior Achievement Goiás



Fonte: Plano de trabalho Junior Achievement Goiás (Goiânia, 2023).

As disciplinas ofertadas pela Junior Achievement Goiás (Goiânia, 2023) estimulam a idéia de “empreender por si mesmo”, ou seja, estimulam uma representação ambígua do conceito de empreendedorismo. Tal perspectiva reforça o caráter neoliberal e dualista dessa organização curricular do Ensino Médio, ao oferecer uma formação geral básica esvaziada de disciplinas fundamentais (Silva, 2021), a exemplo do que foi sinalizado na seção introdutória deste artigo.

Para Mendes *et al.* (2024), a lógica do empreendedorismo na educação escolar, especialmente no Ensino Médio, promove a difusão de valores e comportamentos voltados à adaptação dos indivíduos às demandas imediatas e informais do mercado de trabalho, ao reduzir o conhecimento a uma função meramente instrumental. Essa concepção parte de uma visão ingênuas e simplificadora, ao supor que o êxito pessoal depende unicamente do esforço

individual e da capacidade empreendedora dos sujeitos, além de desconsiderar as determinações históricas, sociais e econômicas que subsidiam a materialidade da vida humana.

Entre as parcerias e convênios analisados neste artigo, destaca-se, ainda, a atuação da empresa Zurich Foundation, na condição de financiadora, em conjunto com o Instituto Ânima Formações, responsável pela execução de um projeto articulado ao itinerário formativo Projeto de Vida previsto no DC-GOEM. Ambas as instituições promovem formações voltadas aos docentes sobre gestão das emoções, as quais culminam na oferta do curso de Pós-Graduação em Educação Contemporânea com Ênfase em Projeto de Vida, ministrado pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (Cepfor), em parceria com o Instituto Ânima.

Em síntese, muitas dessas organizações atuam não necessariamente no “texto legal” do DC-GOEM, mas na implementação, ao oferecer eletivas, itinerários, cursos técnicos, formação docente, plataformas metodológicas e componentes de “Projeto de Vida”, além de anunciar as possibilidades de desenvolvimento de habilidades socioemocionais (Castro, 2024) com vistas a qualificação dos(as) jovens demandantes a assumir futuros postos de trabalho (Ferretti, 2018).

Nesse sentido, recorre-se a Mészáros (2011), pois o autor salienta que, em momentos de crise do capital, como a de 2008, diferentes setores da burguesia, guardadas as suas divergências, se unem a fim de manter a hegemonia econômica e política. O processo de aprovação da versão final da BNCC e do DC-GOEM, infelizmente não foge à essa lógica.

Conclusão

O DC-GOEM foi elaborado em alinhamento à BNCC e à Reforma do Ensino Médio, reafirma a lógica da padronização curricular, da formação por competências e dos itinerários formativos. A estrutura do documento evidencia a reorganização dos componentes curriculares, com a redução da carga horária de disciplinas como Filosofia, História, Geografia e Sociologia, diluídas em áreas do conhecimento.

A implementação do DC-GOEM tem se apoiado nas relações público-privado e na plataformização do trabalho educativo, expressa em programas como: Revisa Goiás, material bimestral padronizado alinhado à BNCC e ao SAEB; e no Goiás TEC, instituído por lei estadual, que promove ensino remoto mediado por tecnologia em regiões sem professores habilitados.

Essas ações, embora apresentadas como estratégias de recomposição e inovação, materializam uma forma indireta de privatização, em que o controle pedagógico e metodológico passa a ser exercido por agentes privados. O estudo identificou, ainda, a atuação de múltiplas fundações e institutos empresariais, a exemplo do Instituto Ayrton Senna – programas de formação socioemocional (“Diálogos Socioemocionais”); da Fundação Itaú – parcerias voltadas à educação técnica e profissionalizante; *Junior Achievement* Goiás – oferta de disciplinas eletivas sobre empreendedorismo e educação financeira; *Zurich Foundation* e Instituto Ânima – formações docentes e cursos vinculados ao “Projeto de Vida”. Essas entidades reforçam a lógica neoliberal e mercadológica na educação, ao substituir as finalidades críticas e emancipatórias por metas de desempenho na perspectiva mercadológica.

Referências bibliográficas

- ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Curriculum sem Fronteiras**, [s.l.], v. 18, p. 8-28, 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf> Acesso em: 09 out. 2025.
- AGUIAR, M. A. S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, Luiz Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018. p. 08-22.
- ANANIAS, E. C. A. **A implantação dos projetos integradores no Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates** — estudo de caso. 2024. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/tede/13545>. Acesso em: 9 out. 2025.
- ASSIS, R. M. O método em Marx. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 1, p. 129-140, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4147> Acesso em: 10 out. 2025.
- BARBOSA, E. K. M.; FRANCISCO, M. V. Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná e a privatização da oferta educacional (2019-2024). **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 19, e98236, p.1-19, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/98236> Acesso em: 10 out. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, entre outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

CAETANO, M. R.; PERONI, V. M. V. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo - projetos em disputa. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 01-26, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53469>. Acesso em: 09 out. 2025.

CASTRO, M. S. **Novo Ensino Médio e o ensino do componente curricular de História para o Estado de Goiás (1988-2017)**. 2024. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) — Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2024. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/921679>. Acesso em 07 out. 2025.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CEA, Georgia Sobreira; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles (Org.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2019, p. 83-120.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09 out. 2025.

FORNARI, M.; DEITOS, R. A. O Banco Mundial e a Reforma do Ensino Médio no Governo Temer: Uma análise das Orientações e do Financiamento Externo. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 188-210, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47181>. Acesso em: 09 out. 2025.

FRANCISCO, M. V.; VOLSI, M. E. F. O processo histórico de construção e aprovação da BNCC: inferências necessárias à resistência coletiva. In: FRANCISCO, M. V. (Org.). **Perspectivas contra-hegemônicas sobre o processo de materialização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Curitiba: Appris, 2025, p. 45-60.

GIROTTI, E. D. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0207906, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019207906>. Acesso em: 18 abr. 2025.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. **Termo do convênio da SEMED-Goiânia com a Associação Junior Achievement (JA Goiás)**: parceria para execução de disciplinas eletivas – Projeto de Vida (PV) no Ensino Médio. 2023. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/SITE/index.php/servicos/convenios/category/150-associacao-junior-achievement-de-goias-ja-goias>. Acesso em: 8 out. 2025.

GOIÁS. Lei nº 20.802, de 28 de janeiro de 2020. Institui o Programa Goiás TEC, destinado à oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional na modalidade de educação a distância, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 28 jan. 2020.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Curricular para Goiás**: Etapa Ensino Médio (DC-GOEM). Goiânia: SEDUC/GO, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.go.gov.br/documento-curricular-para-goias-etapa-ensino-medio>. Acesso em: 9 out. 2025.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Material Revisa Goiás**: recomposição das aprendizagens. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/revisa-goias/>. 2024a. Acesso em: 8 out. 2025.

GOIÁS. **Oportunidades | Observatório Goiás Social**: Goiás Social articula parcerias para ampliar ensino técnico e profissionalizante no estado. 2024b. Disponível em: https://oportunidades.go.gov.br/observatorio/goias-social-articula-parcerias-para-ampliar-ensino-tecnico-e-profissionalizante-no-estado/2024/05/?utm_source. Acesso em: 9 out. 2025.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Dados abertos**: quantitativo de alunos por etapa de ensino (2018–2021); Ensino Médio – SEDUC/GO. 2024c. Disponível em: <https://dadosabertos.go.gov.br/dataset/quantitativo-de-alunos-por-etapa-de-ensino>. Acesso em: 9 out. 2025.

MARINHO, A. C. **O novo Ensino Médio e as especificidades das disciplinas Sociologia e Filosofia no documento curricular para Goiás**. 2023. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/24472>. Acesso em: 7 out. 2025.

MENDES, V.; MELO, C.; SINOTI, D.; GUTERRES, S. A produção científica sobre educação e empreendedorismo. **Educação**, Santa Maria, v. 49, n. 1, p. e18/1–29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644469596>. Acesso em: 10 out. 2025.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cesar Castanheira, Sérgio Lessa. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

NORMANHA, Ricardo; ARONI, Rafael. Educação 4.0: reforma do Ensino Médio e a precarização docente na era digital. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 27, p. 1-15, maio 2025. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/454>. Acesso em: 01 out. 2025.

PERONI, V. M. V. Relação público-privado no contexto de privatização da educação. **Educação & Sociedade**, v. 41, e241697, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfrqX8tRz4N/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2025.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Novo neoliberalismo: arquitetônica estatal no capitalismo do século XXI. **Revista Eletrônica de Administração - REAd**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 35-65, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/qs78Hzvq84VTPxq7Vq9NnyH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 out 2025.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393–414, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.810>. Acesso em: 1 set. 2025.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento: Revista de Educação**, Niterói, n. 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em: 20 set. 2025.

SGORLON, C. T. S.; FRANCISCO, M. V.; SANTOS, M. R.; MARIA, C. C. **Normas e orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos no ensino superior**. Maringá: Eduem, 2022.

SILVA, A. S. **As contribuições de tempos, espaços e práticas para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de Geografia em um CEPI de Formosa-Goiás: diálogos com a Reforma do Ensino Médio**. 2022. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/bitstream/10482/44891/1/2022_AlcineiadeSouzaSilva.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.

TONELO, I. **No entanto ela se move:** a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2021.